

Ata nº. 03/2015

No dia quatro de março de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente Luís Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, João Fernando da Costa Morgado, Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da Ordem do Dia -----

a) Informações -----

b) Intervenção do público -----

Ordem do Dia -----

Ponto um - Discussão e Aprovação da ata: nº. 13 de 2014; -----

Ponto dois - Deliberação sobre a aceitação da denúncia do Contrato de trabalho em Funções Públicas apresentada por um Funcionário da Autarquia; -----

Ponto três - Revogação das Deliberações aprovadas na reunião de 4 de fevereiro de 2015, relacionadas com o Procedimento de Sorteio de lugares vagos na Feira de Ermesinde; -----

Ponto quatro - Deliberação sobre a alteração ao Regulamento da Feira; -----

Ponto cinco - Deliberação sobre ocupação de vagas na Feira; -----

Ponto seis - Aprovação do Regulamento de Atribuição de Incentivos Profissionais; -----

Ponto sete - Aprovação do Regulamento para atribuição de Bolsas de Estudo; -----

Ponto oito - Deliberação sobre a Romaria da Santa Rita -----

a) Datas de realização -----

b) Procedimento a adotar; -----

Ponto nove – Protocolo de Colaboração com a Associação de Ciclismo Pé na Roda; -----

Ponto dez – Intervenção dos Elementos do Executivo -----

O Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e dando início à reunião com as informações começou por dizer: -----

Avançaram já as inscrições para o Campo de Férias, edição da Páscoa, que será realizado em dois turnos, à semelhança do ano anterior. AS atividades serão concentradas em workshops realizados em períodos de meio dia, e que compreenderão por exemplo, uma aula de basquetebol, organizada pelo CPN; uma visita à secção dos Correios da Maia, para as crianças perceberem qual o circuito que a correspondência segue; ateliers de teatro e artesanato, bem como um workshop de arquitetura com legos gigantes em esferovite. A ideia é proporcionar às crianças atividades diferentes nas duas semanas. -----

Foi rececionado ontem um e-mail enviado pela Câmara Municipal, onde era pedido, por parte do Tribunal de Contas, uma série de esclarecimentos em relação aos acordos de execução, de modo a poderem conceder o visto necessário. -----

No dia sete de Abril será comemorado o Dia da Mulher, tendo sido escolhida aquela data pois o maior intuito é dinamizar o comércio local, e calhando este ao domingo, a sua maioria encontra-se encerrado. Refere que a Câmara Municipal decidiu pela primeira vez comemorar o Dia da Mulher, precisamente nos mesmos dias e também na Vila Beatriz, facto que nos foi dado a conhecer apenas quando o espaço requisitado nos foi negado por ter já outra atividade a decorrer. -----

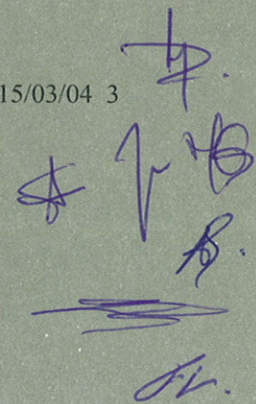
Endereça o convite aos restantes membros do Executivo para visitarem a unidade móvel de rastreio do cancro da mama que estará estacionada no parque da Junta de Freguesia durante os próximos cinco meses. Esta iniciativa é realizada numa parceria da Liga Portuguesa contra o Cancro e a ARS. -----

À semelhança do que sucedeu no natal, a mesma entidade que realizou a festa do Chocolate pediu a nossa colaboração para a elaboração da Festa do Fumeiro. -----

Realizou-se há cerca de um mês uma reunião no Pelouro da Educação da Câmara Municipal, onde esta informou a Junta de Freguesia que irão ser feitas alterações ao modelo de financiamento dos prolongamentos de horário, mas que ainda não foram concretizadas. -----

Dada a palavra ao público presente, interveio o Sr. Luís dos Santos para dizer que falta uma tampa de saneamento na Rua Miguel Bombarda e que foi derrubado um sinal de trânsito na Rua de S. Silvestre, nas traseiras do Cemitério nº 1, sendo necessário substituir ou colocar no seu devido lugar. Refere também que falta uma placa da Rua Castro Meireles, que se encontrava na esquina do "Novo Banco" e que se encontra apenas pousada no local. Pede a intervenção do Sr. Presidente para, junto da Câmara Municipal, pedir para serem solucionadas estas questões. -----

A Vogal Carla Sousa intervém para dizer que tem conhecimento que a BeWater informou já o condomínio sito naquela Rua Miguel Bombarda dizendo que a substituição do equipamento em falta é da sua responsabilidade, ao que o Sr. Presidente responde com estranheza, uma vez que o saneamento em questão se encontra colocado na via pública. -----



Ponto um - Discussão e Aprovação da ata nº. 13 de 2014; -----

Colocada a Ata nº 13 à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ponto dois - Deliberação sobre a aceitação da denúncia do Contrato de trabalho em Funções Públicas apresentada por um Funcionário da Autarquia; -----

O Sr. Presidente explica que o funcionário em questão apresentou a denúncia do seu contrato de trabalho, competindo à Junta de Freguesia a sua aceitação. -----

Colocada a aceitação da denúncia do contrato de trabalho à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ponto três - Revogação das Deliberações aprovadas na reunião de 4 de fevereiro de 2015, relacionadas com o Procedimento de Sorteio de lugares vagos na Feira de Ermesinde; -----

Começa o Sr. Presidente por dizer que, tal como é do conhecimento dos restantes membros do Executivo, a Junta desenvolveu todos os esforços que estavam ao seu alcance para que o sorteio de atribuição de lugares corresse da melhor forma possível. No entanto, tal não foi possível devido a uma providência cautelar interposta pela Associação de Feiras e Mercados da Região Norte. Assim sendo, propõe que se revoguem todas as deliberações tomadas sobre aquele assunto, de modo a que possa ser também informado o Tribunal de que este processo se encontra extinto e se possa retomar o sorteio de lugares cumprindo a legalidade. -----

A Vogal Carla Sousa expressa que, tendo em conta os seus poucos conhecimentos jurídicos, foi votando a documentação que lhe foi apresentada fazendo fé que a legalidade estava a ser cumprida. Sendo assim, demonstra uma certa estranheza pela constante oposição por parte das Associações de Feirantes que levantam inúmeras questões ao procedimento adotado pela Junta de Freguesia, indagando o Sr. Presidente se não terá havido alguma precipitação por parte do Executivo. O Sr. Presidente responde que não houve qualquer tipo de precipitação, tendo a Junta de Freguesia, com este procedimento, tentado encontrar uma forma justa de resolver os problemas de diversos feirantes que se encontravam nas mesmas circunstâncias. No entanto, é da opinião que, quando tais soluções colidem com os interesses pessoais de cada feirante, estes encontram todos os argumentos para levantar questões e que se a Junta de Freguesia tivesse

resolvido atribuído determinados lugares em concreto, esta Providência Cautelar nem sequer tinha chegado a existir. Revela que a única pessoa que não se inscreveu no concurso nesta primeira fase foi precisamente a mulher do presidente da Associação de Feirantes que interpôs este processo em Tribunal. A mesma Vogal continua dizendo que, após a sessão de esclarecimento com os feirantes achou que poderiam ser solucionadas algumas questões em concreto sem que fosse ferida a legalidade, nomeadamente quanto aos lugares de venda de sapatos, tendo ficado com a ideia que estes não pretendiam sair dos seus lugares. O Vogal João Morgado explica que, quanto ao setor dos sapateiros, existe um lugar vago que deveria primeiramente ser ocupado por vendedores de sapatos, caso estes manifestassem a sua preferência. No entanto, este lugar é ocupado para venda de artigos de outro ramo de atividade. Tendo em conta essa situação, e uma vez que tal já se verifica há algum tempo, a Junta procedeu à alteração desse lugar para o setor de venda de artigos de pronto a vestir, mas essa solução não agradou ao vendedor em questão pois o que ele pretendia era que o lugar lhe fosse diretamente atribuído e tal não é possível. Refere que, como membro da Comissão para a revisão do Regulamento da Feira foi da opinião que os lugares vagos deveriam ir todos a sorteio, sem qualquer privilégio para os feirantes já avençados. Constatou posteriormente que o que eles pretendiam era que os lugares que ocupam por vagas lhes fossem atribuídos, mesmo sem qualquer sorteio, o que constitui uma clara ilegalidade. Situação parecida sucede com uma vendedora de produtos de lavoura pois esta apenas requeria que lhe fossem concedidos mais metros de lugar, de modo a que pudesse aumentar o seu espaço de venda. -----

O Vogal Adelino Soares é da opinião que estas alterações são necessárias fazer no espaço da feira, considerando que há culpas por parte da Junta de Freguesia ao permitir que sejam ocupados lugares em regime de vaga de forma a que as pessoas os tenham já como "dado adquirido". Assim, qualquer medida que se tome para alterar esta situação irá criar desconforto por parte dos feirantes. Pergunta se as modificações do recinto por parte da Câmara Municipal irão demorar, ao que o Sr. Presidente lhe responde que é provável que sim. Diz também que a informação que corre pelos feirantes é a de que todos os lugares serão levados a concurso, incluindo os agora avençados. Lamenta que o Edital tenha sido afixado apenas às dezanove horas, o que fez com que muitos feirantes não tivessem recebido a informação atempadamente. -----

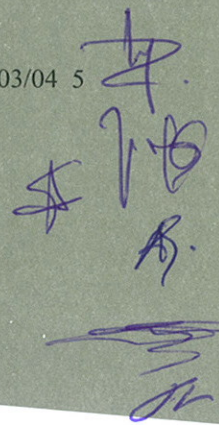
Colocada à votação a revogação das deliberações aprovadas na reunião de 4 de fevereiro de 2015, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ponto quatro - Deliberação sobre a alteração ao Regulamento da Feira; -----

Colocado à votação o ponto quatro da Ordem de Trabalhos, este foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto cinco - Deliberação sobre ocupação de vagas na Feira; -----

O Sr. Presidente explica que, uma vez que o Regulamento da Feira se encontra suspenso, é necessário dispor transitoriamente sobre a ocupação em regime de vagas, o que é feito através desta deliberação. -----



Colocada à votação a deliberação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ponto seis - Aprovação do Regulamento de Atribuição de Incentivos Profissionais; -----

O Sr. Presidente propõe a alteração da denominação do Regulamento para "Regulamento de Atribuição de Bolsa de Investigação" e a indexação do valor a atribuir ao do concedido aos estágios para licenciados, ou seja, cerca de seiscentos e dezasseis euros, desde que tal não seja tributado. -----

Aberta a discussão, o Vogal João Morgado propõe que seja retirada do número 4 do ponto 3 a expressão "nunca ter trabalhado na sua área de formação", ao que o Sr. Presidente responde que o objetivo é abranger também aquelas pessoas que, por algum motivo até já possuem carreira contributiva, por terem feito algum trabalho a tempo parcial, por exemplo, mas que dentro da sua formação, é a primeira vez que estão a exercer a atividade. Sugere que se retire antes a obrigatoriedade de "estar desempregado", pois o candidato pode até estar empregado, mas numa situação precária que pretende ver alterada. -----

O Vogal Adelino Soares propõe que se retire a condição de prestar quarenta horas semanais, uma vez que a reposição do horário de trinta e cinco horas está a ser efetuada em vários municípios, sendo da opinião que, mais cedo ou mais tarde, esta será a regra a implementar. Sugere que se substitua essa expressão pelo "cumprimento do horário de funcionamento em vigor na Junta de Freguesia". -----

A Vogal Carla Sousa refere que fez uma serie de sugestões que foram já abordadas durante a discussão do ponto, mas diz que não poderá aprovar esta atribuição da Bolsa enquanto não estiverem definidos concretamente os critérios de atribuição, o que lhe parece muito pouco transparente. A isto o Sr. Presidente responde que a definição dos critérios será efetuada posteriormente pela Junta de Freguesia. Considera a mesma Vogal que, se se pretende que este Regulamento perdure no tempo, a definição dos critérios, nomeadamente em relação ao grau académico necessário e à idade do candidato, é de extrema importância, de modo a evitar que estes sejam definidos ao livre arbítrio do Executivo que estiver no poder. O Vogal João Morgado intervém para dizer que, mesmo que estejam agora vertidos no Regulamento, se o próximo Executivo pretender modificar os critérios de candidatura pode muito bem fazê-lo, pelo que não vê necessidade de estarem agora contemplados neste normativo. É também da opinião que os critérios podem

ser modificados de acordo com as necessidades da Junta de Freguesia, não vendo nisso qualquer inconveniente. -----

Colocado o ponto à votação, depois de incorporadas as alterações propostas pelo Sr. Presidente, pelo Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra da Vogal do Bloco de Esquerda. -----

Ponto sete - Aprovação do Regulamento para atribuição de Bolsas de Estudo; -----

Colocado o ponto à discussão, o Vogal João Morgado pediu a palavra para dizer que no conceito da bolsa de estudo deverá ser retirada a expressão "complementar a outros apoios económicos" pois tal deturpa o espírito do conceito da bolsa, assim como no número quatro do ponto cinco, referente aos critérios de seleção, onde se refere que em caso de igualdade, será ponderada a melhor média, deveria ser ponderada a maior dificuldade económica do agregado familiar, sugestões que foram acolhidas e alteradas na proposta do Sr. Presidente. -----

O Sr. Presidente sugere também que seja retirada a indexação ao ordenado mínimo nacional sendo este substituído por "salário mínimo nacional", bem como seja alterada a redação do ponto três referente aos critérios de seleção sendo introduzida a expressão "salvo na ausência de estabelecimentos de ensino para aquele grau académico". -----

A Vogal Carla Sousa questiona se se considera para esta atribuição de Bolsas também o ensino profissional e o ensino vocacional. Chama também a atenção para o facto de, no quadro anexo ao diploma a pontuação não estar adequada ao ensino básico, pois neste grau de ensino a classificação é de "zero" a "cinco". A isto o Sr. Presidente responde que o ensino Profissional é já subsidiado e o ensino vocacional está incluído no 3º ciclo e Secundário, aceitando a alteração da classificação para o ensino básico. -----

Atendendo ao prolongar da discussão, o Vogal Adelino Soares sugere que, uma vez que este Regulamento não será de aplicar de imediato, surtindo efeitos apenas para o próximo ano letivo, sejam recolhidas todas as sugestões e só depois se coloque à discussão, pois estar a fazer a análise, ponto por ponto, torna-se bastante exaustivo, até para o público presente. A Vogal Carla Sousa refere que, deste ponto de vista, nenhum assunto era trazido à discussão, mas apenas à votação, uma vez que haveria sempre um prévio acordo dos parâmetros a ajustar. A isto o Sr. Presidente diz que a discussão dos pontos é salutar, desde que se chegue a alguma conclusão, não estando apenas a levantar questões por colocar, recebendo, nesta parte a concordância da Vogal Esmeralda Carvalho. -----

Continuando a sua intervenção, a Vogal Carla Sousa diz que a principal objeção a este Regulamento prende-se com a não inclusão daqueles alunos que recebem já um apoio social da Acção Social Escolar, considerando que, só por beneficiarem de uma compensação do Estado não devem ser excluídos de tentar concorrer a estas Bolsas de Estudo. O Sr. Presidente explica que o objetivo é abranger um maior número de alunos, principalmente aqueles que também vivem com dificuldades, mas atendendo aos rendimentos

que têm não são auxiliados pelo Estado. Na sua opinião, estes agregados vêm os seus rendimentos reduzidos com um grande número de despesas, nomeadamente as escolares, e necessitam de apoio financeiro. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra do Bloco de Esquerda. ---

O Vogal Adelino Soares apresentou uma declaração de voto que fica junta à presente ata. -----

Ponto oito - Deliberação sobre a Romaria da Santa Rita -----

a) Datas de realização -----

b) Procedimento a adotar; -----

O Sr. Presidente explica que a deliberação em questão é semelhante à aprovada no ano anterior, com as devidas adaptações. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto nove – Protocolo de Cooperação com a Associação de Ciclismo “Pé na Roda” -----

Esta Associação é integrada por elementos da Esquadra de Ermesinde da PSP, tendo como objetivo dinamizar estas atividades para recolha de alimentos e outros bens para posterior entrega a pessoas carenciadas. Neste caso em concreto o valor das inscrições reverterá para a conversão em material para o banco de apoio, nomeadamente cadeiras de rodas. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto dez – Intervenção dos Elementos do Executivo -----

A Vogal Carla Sousa tomou a palavra para recomendar a leitura dos documentos sobre o orçamento participativo a quem ainda não o fez, para se poder avançar com o projeto. Questiona se houve candidatos à atribuição de subsídios e também se é possível efetuar uma visita ao Edifício Entre-Linhas. Recorda que está prevista uma ação de solidariedade com a Escola Secundária de Ermesinde, e que irá decorrer no dia 13 de março. Uma vez que esta iniciativa foi da CDU, o Vogal Adelino Soares aproveita para retificar a informação, dizendo que esta data ainda não está confirmada, tendo sido apontada também para dia 26 de março. -----

A mesma Vogal continua a sua intervenção apresentando os parabéns pela iniciativa do Dia da Mulher, ainda que a atividade seja mais virada para o consumo e para os prémios de embelezamento. Recorda que no ano anterior foi aprovada, por unanimidade, uma recomendação no sentido de o Gabinete de Ação Social promover um combate contra a violência doméstica, mas refere que não ouviu ainda nada sobre esta

O Sr. Presidente termina dizendo que continuará a tentar cumprir o plano de atividades traçado, tendo em vista o que a população espera, mesmo que este não agrade a todos os elementos do Executivo. -----
Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada. -----

W R h
Jm R. p.
SSK
H
V
Adeline
auto-stylus